
**JOSILDETH CONSORTE E A ANTROPOLOGIA
NA ESCOLA EXCLUDENTE**

Márcia Santos Ferreira¹
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

RESUMO

Este artigo focaliza a aproximação empreendida por Josildeth Gomes Consorte entre a antropologia e a educação através da análise do trabalho intitulado “A criança favelada e a escola pública”, publicado em 1959, quando a autora trabalhava como pesquisadora do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Esse trabalho de Josildeth Consorte foi selecionado como um trabalho exemplar na trajetória profissional da autora, que remete às potencialidades de uma perspectiva antropológica voltada para a compreensão de questões oriundas do universo educacional. Nele, a sensibilidade do olhar antropológico percebe o “outro” no interior da instituição escolar. A escola pública, até então compreendida como o lugar da democracia, da igualdade, revela-se como o lugar da segregação, da evasão, da seleção dos mais “aptos” ou dos mais adaptados aos padrões estabelecidos por uma sociedade excludente. A partir da elaboração deste trabalho, Josildeth Consorte destacou-se no cenário intelectual brasileiro tanto por integrar o pequeno grupo de mulheres que dele tomou parte, como por sugerir uma interpretação da relação entre escola e comunidade que contrariava alguns dos principais alicerces da visão até então dominante sobre esse tema. Palavras-chave: pesquisa antropológica, Educação, ensino primário, escola pública

**JOSILDETH CONSORTE E AND ANTHROPOLOGY
IN THE EXCLUDING SCHOOL****ABSTRACT**

This essay focuses on the approaching suggested by Josildeth Gomes Consorte between anthropology and education studied in her work “*A criança favelada e a escola pública*” (poor children and the state school), published in 1959, when she used to work as an researcher of the Brazilian Centre for Educational Researches. This work of Josildeth Consorte was selected as an exemplary work in her professional life with regard to potentialities of anthropological perspectives oriented to understanding questions about the educational universe. In that work, Josildeth shows the sensibility of an anthropological view that sees the “other” inside the school atmosphere. The state school, which was seen as a place for democracy, equality, reveals itself as a place of segregation, evasion, selection of “most cunning” or “most adapted” to the standards established by an excluding society. From the devise of her work, Josildeth Consorte emphasised in the Brazilian intellectual scenario both taking part in a small group of women and for suggesting a new interpretation of the relationship between school and community which opposed some of the main structures ruling on this issue.

Keywords: Anthropologic research, education, elementary teaching, estate school

Josildeth Gomes Consorte integra um grupo de cientistas sociais brasileiros que viveu, durante a década de 1950, experiências de formação e trabalho distintas não apenas do que ocorria até então no Brasil, mas, também, daquilo que se institucionalizaria mais tarde em nossas universidades.

Identificado em suas principais características por Niuvênus Paoli em sua tese de doutorado,² este grupo singular de cientistas sociais contou, entre suas experiências de formação, com períodos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nas Universidades de Chicago ou Colúmbia, nos Estados Unidos, e com a participação em projetos de pesquisas de escopo significativo para os padrões brasileiros da época, além de aproximar-se de uma temática que pode ser considerada, no mínimo, “inusitada” frente aos interesses de pesquisa que o havia motivado até aquele momento: a educação.

O contato de tal grupo com a educação naquele momento teve “nome e sobrenome”, pessoal e institucional: Anísio Teixeira e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.³

Anísio Teixeira (1900-1971) ocupava, em meados dos anos 1950, simultaneamente, os cargos de diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Educacionais/INEP e de diretor da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, dois órgãos do Ministério da Educação e Cultura que possuíam entre suas atribuições, respectivamente, a promoção de investigações que subsidiassem a elaboração de políticas públicas para a educação e o financiamento de pesquisadores brasileiros em estudos no exterior. Ocupando esses dois cargos, Anísio Teixeira conseguiu articular uma rede de contatos pessoais e institucionais que contribuiu para a entrada em funcionamento, a partir de 1955, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE, no Rio de Janeiro, e de mais cinco Centros Regionais, que desenvolveram atividades nos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Nascida em Salvador/BA, em 1930, Josildeth Gomes Consorte se encontra inserida nessa rede, ainda como Josildeth da Silva Gomes, mesmo antes que ela existisse formalmente, uma vez que desde sua época de estudante de graduação em geografia e história na Universidade da Bahia, no final dos anos 1940, Josildeth já havia participado, por intermédio de Thales de Azevedo (1904-1995),⁴ em outro projeto promovido por Anísio Teixeira, enquanto secretário estadual de educação, o Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia/Columbia University.⁵ Este programa anunciava o propósito que orientaria outras iniciativas de Anísio Teixeira na educação: a realização de pesquisas científicas cujos resultados pudessem servir de base à elaboração de políticas públicas para a área. Nele, Josildeth trabalhou como auxiliar do antropólogo Marvin Harris, da Universidade de Colúmbia, na realização de estudos de comunidade em Rio de Contas e Livramento do Brumado, na Chapada Diamantina.

Após esta experiência, Josildeth obteve apoio da CAPES para realizar estudos em antropologia, entre 1952 e 1953, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e, entre os anos de 1953 e 1955, na Universidade de Colúmbia. A experiência em pesquisa e a formação obtidas no Brasil e nos EUA dotaram Josildeth de um perfil que se adequava ao novo projeto político e institucional de Anísio Teixeira, oficializado em 1955,⁶ mesmo ano que a antropóloga baiana retornava ao Brasil.

No Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Anísio Teixeira reuniria educadores e cientistas sociais para, agora, em escala nacional, realizarem pesquisas educacionais e sociais que tomassem os problemas educacionais brasileiros como foco de estudos. O objetivo principal diferenciava-se do projeto anteriormente realizado na Bahia

em abrangência e recursos humanos e materiais. O CBPE e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais potencialmente abrangeriam os estados mais desenvolvidos da federação, além de contar com estrutura física e pessoal capacitado para a realização de pesquisas que fornecessem dados, análises e interpretações cientificamente elaboradas sobre a realidade social e educacional brasileira, considerando suas especificidades regionais e locais. Acreditava-se à época que, munidas por tais informações, as propostas de políticas públicas para a educação alcançariam outro patamar de eficácia e eficiência. Através do projeto institucional dos Centros de Pesquisas do INEP, intelectuais brasileiros, sobretudo os vinculados às ciências sociais, são chamados a apresentar quais as contribuições que esta área do conhecimento poderia oferecer à educação (OS ESTUDOS..., 1956, p. 51).

No bojo deste ambicioso projeto, Josildeth realiza sua aproximação da antropologia em direção à educação. Essa aproximação, no entanto, não se deu sem conflitos, afinal, conforme a própria autora afirma: “cientistas sociais naquele tempo não se interessavam por educação” (PAOLI, 1995, v. 2, p. 75). Convocada por Anísio Teixeira a tomar parte das atividades do CBPE, Josildeth Gomes era a única mulher do quadro inicial de pesquisadores (OS ESTUDOS..., 1956, p. 43) e criou uma forma, até então inexistente na literatura antropológica brasileira, de lançar um olhar antropológico em direção à educação e à escola.

Dentre os trabalhos publicados por Josildeth Gomes Consorte durante o período em que trabalhou como pesquisadora no CBPE, o artigo intitulado “A criança favelada e a escola pública”, de 1959, foi selecionado como um trabalho exemplar, que remete às potencialidades de uma perspectiva antropológica voltada para a compreensão de questões oriundas do universo educacional. Nele, a sensibilidade do olhar antropológico percebe o “outro” no interior da instituição escolar. Instituição até então compreendida como o lugar do “nós”, da democracia, da igualdade, a escola pública revela-se como o lugar da segregação, da evasão, da seleção dos mais “aptos” ou dos mais adaptados aos padrões estabelecidos por uma sociedade excludente.

Um projeto de pesquisa sobre a comunidade e a escola

O artigo “A criança favelada e a escola pública” foi publicado no periódico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a revista *Educação e Ciências Sociais*, em agosto de 1959.⁷ Ele apresenta a parte relativa à escola do projeto intitulado “Estudo sobre uma escola primária e suas relações com seu bairro e vizinhança”, que foi desenvolvido por Josildeth Consorte e Andrew Pearse⁸ no bairro de Vila Isabel, na zona norte do Rio de Janeiro, entre 1956 e 1958.⁹

O projeto original previa o trabalho em um bairro que tivesse populações diferenciadas – moradoras do bairro e da favela – atendidas por uma ou mais escolas. Conforme explica Josildeth Consorte (1995, p. 103), limitações de tempo fizeram com que os estudos se concentrassem em apenas uma escola que recebesse estudantes que moravam tanto no bairro como na favela lá existente. Na divisão de trabalho estabelecida, Andrew Pearse se concentrou no trabalho de campo na comunidade, enquanto Josildeth Consorte ficou com a parte relativa à escola, dedicando-se ao trabalho de observação do cotidiano escolar, de realização de entrevistas com estudantes, pais, professores e diretora da escola, além de organizar o funcionamento de um espaço por ela chamado de “casa do pesquisador” ou de “casa do antropólogo no campo”. Nas palavras de Josildeth Consorte (1995, p. 106-107):

Naquele tempo a gente entrava na favela com certa desenvoltura. (...) Nós abrimos uma espécie de espaço para a criançada brincar, então os alunos da manhã frequentavam esse espaço à tarde, os alunos da tarde frequentavam esse espaço de manhã. Na casa que nós alugamos, numa vila, que ficava entre a favela e o bairro, e daí ficava aberto dia e noite... quer dizer, até sete horas da noite tinha gente lá, e as crianças tinham livre acesso àquilo, tinha um material riquíssimo, de desenhos... se você quisesse trabalhar com o imaginário (naquele tempo não se falava disso) estava lá. Esse material eu não sei onde foi parar, porque essas coisas se perdem. Era um lugar exatamente pensado como a casa do pesquisador, do antropólogo no campo. E foi realmente uma das razões do sucesso desse trabalho.

A pesquisa foi orientada para a realização de um estudo de comunidade. No entanto, o trabalho com o que passou a ser denominado a partir de então como “comunidade de bairro” exigiu dos pesquisadores longas discussões de caráter teórico e metodológico.¹⁰ Conforme explica Josildeth Consorte (1995, p. 103):

Era um estudo de comunidade, sem dúvida nenhuma. Tinha todas as marcas de um estudo de comunidade, só que o que era “comunidade”? Essa foi uma grande discussão... É claro que a nossa comunidade era de bairro. E aí foi uma longa discussão sobre se você podia chamar bairro, de comunidade, se não podia... Afinal essa famosa discussão sobre o que é comunidade, foi feita por nós em relação a esse trabalho.

O trabalho antropológico dentro da escola tinha o propósito de discutir o “ajustamento da criança favelada a uma das instituições da sociedade urbana – a escola pública elementar” ([CONSORTE], 1959, p. 46). A questão do ajustamento das crianças à escola se impunha em uma situação social marcada por intensa migração de famílias oriundas de zonas rurais, vilas e pequenas cidades do Norte, Nordeste e dos estados vizinhos ao Rio de Janeiro, em busca de melhores perspectivas de vida e de futuro para seus filhos ([CONSORTE], 1959, p. 45). Nesse contexto de profundas mudanças, a pesquisadora observou que o processo de incorporação das famílias à sociedade urbana dava-se de forma inteiramente espontânea, destituída de qualquer apoio político ou institucional por parte dos poderes públicos, fato que foi relacionado, para Josildeth Consorte (1997, p. 34), “ao crescimento vertiginoso das chamadas favelas”.

Dotado do objetivo de analisar “uma parcela dos problemas que estas populações encaram em seu processo de acomodação” ([CONSORTE], 1959, p. 45), o trabalho de pesquisa desenvolvido por Josildeth Consorte focalizou especialmente o problema do confronto existente entre os ideais educacionais estabelecidos pela escola, por um lado, e, por outro, as características peculiares ao grupo de estudantes focalizado ([CONSORTE], 1959, p. 47).

Características da população estudada frente aos “ideais educacionais”

A comunidade estudada era constituída, em 1956, por uma população entre 20 e 30 mil pessoas. A escola pública primária focalizada, por sua vez, atendia cerca de mil crianças de camadas sociais inferiores e médias da população ([CONSORTE], 1959, p.

46). As crianças cujo processo de adaptação à escola foi analisado eram todas moradoras da favela e constituíam cerca de 30% da população escolar. Estas crianças constituíam, conforme Josildeth Consorte (1959, p. 46), o grupo “que mais se desviada dos ideais educacionais”, uma vez que ingressavam mais tardiamente na escola e apresentavam os maiores índices de repetência e de evasão.

Os chamados “ideais educacionais” contemplavam quatro aspirações fundamentais da escola pública primária à época que, segundo Josildeth Consorte (1959, p. 47), eram: o ingresso das crianças aos sete anos de idade; a superação de cada série em um ano letivo; a permanência na escola durante os cinco anos que integravam o ensino primário; e o ingresso no ginásio após conclusão do primário.

As crianças focalizadas, no entanto, apresentavam problemas no cumprimento de cada um desses “ideais”.

Quanto ao ingresso, apenas 30% das crianças das favelas iniciavam o curso na idade recomendada. As razões para isso podiam ser localizadas em questões relativas aos processos migratórios vividos por suas famílias; às suas dificuldades de fixação de moradia; ao trabalho infantil; à falta de vagas nas escolas; às sucessivas repetências, ao afastamento em relação à pré-escola; e, até mesmo, a um perverso processo de “pré-seleção” das crianças pela escola por ocasião das matrículas ([CONSORTE], 1959, p. 48-50). Através deste processo “extra-oficial” identificado pela autora, as crianças residentes na favela eram preteridas no ato da matrícula, uma vez que era do conhecimento de todos na escola que essas crianças representavam obstáculos para o alcance de suas metas de rendimento ([CONSORTE], 1959, p. 50). Identificado como morador da favela, o responsável pela criança era informado da “inexistência” de vagas pelo agente escolar, que as reservava para crianças “do bairro”, potencialmente mais aptas a alcançarem os ideais de aproveitamento estabelecidos para a escola.

Em relação ao aproveitamento escolar, o grupo focalizado apresentava altos índices de repetência na primeira série do ensino primário. Conforme relatou Josildeth Consorte (1959, p. 51): “das 21 crianças faveladas cujas condições familiares foram intensivamente estudadas, 11 haviam repetido a primeira série um número variável de vezes”. Esta situação foi relacionada ao analfabetismo dos pais; ao acesso restrito a meios materiais para o exercício da leitura e da escrita em suas casas; à pequena utilização da escrita por suas famílias; ao emprego cotidiano de linguagem diferente daquela valorizada pela escola; à necessidade de ajustamento à situação escolar; à distância social em relação à professora; e à falta de ajuda em casa para a realização de trabalhos escolares ([CONSORTE], 1959, p. 51-55). Frente a essa situação altamente desfavorável, as famílias, mesmo preocupadas com a necessidade de escolarização dos filhos, possuíam poucas oportunidades para superar as dificuldades encontradas.

A escola, por sua vez, assumia uma atitude altamente seletiva em relação às crianças focalizadas no estudo de Josildeth Consorte. A prática de distribuição das crianças admitidas para ingresso na primeira série através da aplicação de um teste de maturidade para a escrita e leitura, o Teste ABC, tornou-se, conforme analisa a autora, “o instrumento mais eficaz de exclusão de que o sistema educacional dispunha para enfrentar a dificuldade, a incompetência ou a incapacidade da escola em lidar com seus novos alunos” (CONSORTE, 1997, p. 35). Por meio da aplicação desse teste, as crianças eram distribuídas em turmas “regulares” e “preliminares”. Ao invés de dedicar mais atenção e recursos às turmas “preliminares”, a escola, tendo em vista suas necessidades de alcançar melhores índices de aprovação, relegava tais turmas consideradas menos preparadas à aprendizagem ao atendimento por parte de professoras que sabidamente teriam necessidade

de afastamentos ou remoções durante o ano letivo, deixando para investir suas melhores condições de atendimento às turmas “regulares”, que, potencialmente, teriam maior rendimento.

A evasão escolar era marcante entre as crianças que moravam na favela. Elas eram 45,54% das crianças que freqüentavam a primeira série do ensino primário na escola estudada. Na quinta série, no entanto, passavam a representar apenas 12,9% dos estudantes ([CONSORTE], 1959, p. 57). Este decréscimo significativo da participação das crianças da favela no decorrer das séries que integravam o ensino primário foi relacionado a uma multiplicidade de fatores, que iam desde as frequentes mudanças de residência à que as famílias que habitavam a favela eram submetidas até a necessidade de trabalho por parte da criança, fatos agravados pelas reprovações sucessivas.

Este distanciamento dos resultados alcançados pelas crianças da favela em relação aos “ideais educacionais” estabelecidos pela escola era fonte de grande descontentamento, tanto por parte da escola como por parte das famílias. Conforme descreve a autora, “as professoras responsabilizam os pais pelo insucesso dos filhos e os pais fazem o mesmo em relação às professoras” ([CONSORTE], 1959, p. 59).

A antropologia e a escola excludente

A interpretação elaborada por Josildeth Consorte para essa situação de conflito entre a escola e a parcela da comunidade que morava na favela aponta para o que a autora e denominou como “as raízes desse desencontro”:

Por razões decorrentes de sua origem, a escola pública primária que aí está tem exigências que nem todas as crianças que hoje a procuram podem cumprir. Tendo surgido como uma instituição de uma sociedade urbana incipiente, pré-industrial, para servir a certas camadas da população, não se encontra aparelhada para atender à grande massa que hoje a frequenta. Apesar disso, insiste em permanecer como está, exigindo que a ela se adaptem todos quantos dela necessitam. Quando reconhece a heterogeneidade do elemento com que está lidando e a diversidade de suas necessidades, é apenas para proceder a uma impiedosa seleção em favor dos mais aptos e em total prejuízo dos que não se encontram em condições de corresponder-lhe às expectativas. ([CONSORTE], 1959, p. 59-60)

Josildeth percebe, por meio das observações realizadas na escola e fora dela, que organizada para atender a uma pequena parcela da população no contexto pré-industrial, a escola de meados dos anos 1950, não havia passado por transformações capazes de prepará-la para atender à população urbana em expansão que passava a procurá-la. A escola não havia desenvolvido mecanismos de assimilação da diversidade de experiências das crianças que a ela afluíam e acabava por aplicar sobre elas seus instrumentos de seleção, considerados até então eficientes para o enfrentamento de seus “problemas”.

A autora encerra seu texto com indicações acerca das mudanças consideradas necessárias para que o ajuste da escola em relação ao seu novo público acontecesse:

Para enfrentar as novas necessidades criadas pelo acelerado processo de urbanização por que está passando a capital da República e que anualmente atrai milhares de pessoas das mais variadas regiões brasileiras, é necessário que esta escola sofra uma profunda revisão: que

redefina seus objetivos, que modifique sua estrutura, que organize novos *curriculum* e programa, que utilize novos métodos e processos de ensino e que, sobretudo, capacite o seu pessoal para as novas exigências. De outra maneira, a distância em que hoje se coloca da realidade sobre que atua, somente se agravará e suas finalidades jamais serão atingidas. Se a nossa atual escola pública primária foi no passado uma escola para alguns, no presente ela está sendo chamada a ser uma escola para todos e precisa se ajustar a seu novo destino. ([CONSORTE], 1959, p. 60)

Através da investigação dos problemas de ajustamento à escola das crianças provenientes de famílias pobres, migrantes de zonas rurais, residentes em favelas e, em sua maioria, negras, a pesquisadora identificou nos altos índices de repetência e evasão encontrados entre esses alunos o caráter de classe da educação escolar, muito distinto da visão até então existente da escola como um instrumento de democratização e de disseminação de um conhecimento considerado como necessário para a vida numa sociedade urbana e industrial.

Reflexões sobre a experiência de pesquisa na escola

Em entrevistas publicadas em 1995 e 2009, assim como em um artigo de sua autoria, de 1997, Josildeth Consorte apresenta algumas de suas reflexões a respeito da experiência de pesquisa em educação, vivida na segunda metade dos anos 1950.

A autora remete aos processos de crescimento urbano e de industrialização que passaram a atrair a atenção dos cientistas sociais naquele momento, em detrimento da contraposição entre o mundo rural e urbano que havia dominado até então. Em suas palavras:

O que se queria entender agora era o processo de urbanização e industrialização, era o que estava acontecendo nas grandes cidades porque a problemática tinha se transferido para as grandes cidades, para as cidades de um modo geral. O que eu vou encontrar no Rio de Janeiro (na segunda metade da década de 1950) é um crescimento enorme da população favelada, um imenso problema do sistema educacional em lidar com esta criança que vem das favelas. Quer dizer, o “outro” não é mais o homem rural, o “outro” é o favelado. Isso é o Rio de Janeiro em 1955. E vai ser São Paulo um pouco mais tarde também. A criança favelada, a criança da periferia é a que vai se constituir em problema para a escola. (CONSORTE, 2009, p. 213)

O foco antropológico no “outro” mantinha-se como seu interesse de pesquisa, mas, agora, esse “outro” não se encontrava em uma sociedade “tradicional”, distante geográfica, cultural ou temporalmente do pesquisador, mas podia se encontrado bem por perto, em qualquer escola primária pública, localizada em um grande centro urbano, que atendesse às parcelas desprivilegiadas da população que a ela passavam a procurar, tendo em vista a expectativa de melhoria das condições de vida de seus filhos.

O trabalho antropológico realizado na escola revelou o recorte de classe da escola pública, fato que impressionou Anísio Teixeira, um dos grandes defensores de sua universalização e potencialidades democráticas:

(...) eu consegui mostrar como a escola, apesar de ser tida como uma escola para todos, atendia de modo diferente. Era uma escola totalmente orientada para uma determinada classe social, para determinados interesses. (...) O Anísio esteve lá, muito impressionado com essa constatação, ele nunca imaginou que a escola pudesse ser isso... Uma escola que atendia de forma tão diferenciada as crianças, em razão da sua procedência. (CONSORTE, 1995, p. 77)

Conforme pondera Josildeth Consorte (1997, p. 35), essa não era, certamente, a escola democrática com que Anísio Teixeira sempre sonhara, na medida em que passou a exercer o papel de mais um dos elementos que contribuíam para a exclusão das populações pobres e migrantes, recém-chegadas ao ambiente urbano, que a procuravam.

Marcus Vinicius da Cunha (2003, p. 463) avalia as pesquisas que, assim como essa de Josildeth Consorte, foram promovidas pelos Centros de Pesquisas do INEP, no final dos anos 1950, como pesquisas que se posicionavam contrariamente à “discriminação sofrida pelas populações que se encontravam à margem do processo modernizador”. Eram pesquisas responsáveis por apontar a necessidade de consideração do contexto sociocultural em que o educador encontrava-se para que, a partir desse conhecimento, fosse possível trabalhar com populações migrantes, com famílias do campo e das favelas que passavam a procurar a escola no contexto urbano e eram discriminados pela escola dominada por uma mentalidade de classe média.

Considerações finais

A ênfase atribuída por esse trabalho ao artigo “A criança favelada e a escola pública”, de Josildeth Gomes Consorte, teve o propósito de destacar um tipo de pesquisa que encontrou seu espaço de realização em alguns pontos do Brasil, na segunda metade dos anos 1950.

Esse espaço de realização se constituiu através da conjunção de diversos fatores, dentre os quais teve destaque o projeto político promovido pelo grupo representado por Anísio Teixeira e colocado em prática ao longo de quase toda a década de 1950 em âmbito nacional. Esse projeto apresentava como um de seus principais pontos de sustentação a proposição de novas políticas para a educação que se diferenciavam das políticas até então formuladas pelas informações da realidade e interpretações científicas desta realidade que deveriam lhes servir de base.

Ao ganhar espaço no governo federal, a ideia de mudança provocada pela política cientificamente informada (FERNANDES, 1976) deu margem ao funcionamento de instituições financiadas, em grande parte, pelo Ministério da Educação, cujo propósito era o estímulo à realização de pesquisas que fossem “socialmente engajadas” (VILLAS BÔAS, 2006, p. 83), ou seja, que não apenas buscassem na realidade educacional seus dados empíricos e, a partir deles realizassem suas análises, mas que, além disso, resultassem em interpretações comprometidas com os propósitos de expansão do acesso à escolarização para camadas mais amplas da população, em meio aos processos de urbanização e industrialização em curso, que traduziam parte significativa do que se compreendia por desenvolvimento social, político e econômico à época.

No bojo desse processo, diversos pesquisadores em educação e em ciências sociais de várias regiões do país aderiram ao projeto institucional promovido por Anísio Teixeira no interior do governo federal, dentre eles, Josildeth Consorte pode ser destacada tanto por integrar o pequeno grupo de mulheres que tomou parte da iniciativa, como por sugerir,

originalmente, em 1959, a partir de uma perspectiva antropológica, uma interpretação da relação entre escola e comunidade que contrariava alguns dos principais alicerces da visão até então dominante sobre esse tema.

De lugar de exercício da democracia e da igualdade, a escola passou a se revelar como o lugar da exclusão, quando instada a trabalhar com uma população diversa daquela para a qual havia sido criada.

O olhar antropológico acionado por Josildeth Consorte sobre a escola que atendia a uma população pobre, negra e recém-chegada ao universo urbano de uma grande cidade brasileira revelou a necessidade de mudança nos mecanismos de funcionamento mais íntimos da escola, frente às mudanças que se operavam na sociedade.

Referências bibliográficas

[CONSORTE], Josildeth da Silva Gomes. A educação nos estudos de comunidades no Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, 1(2): 63-105, ago./1956.

———. A criança favelada e a escola pública. *Educação e Ciências Sociais*, 5 (11): 45-60, ago./1959.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Entrevista. In: PAOLI, Niuvenius Junqueira. *As relações entre Ciências Sociais e Educação nos anos 50/60 a partir das histórias e produções intelectuais de quatro personagens*: Josildeth Gomes Consorte, Aparecida Joly Gouveia, Juarez Brandão Lopes e Oracy Nogueira. Tese de doutorado, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

———. Culturalismo e educação nos anos 50: o desafio da diversidade. *Cadernos CEDES*, 18(43): 26-37, dez./1997.

———. Entrevista com Josildeth Gomes Consorte: os 60 anos do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e Universidade de Columbia. Entrevistadoras: Érika Figueiredo, Isabela Oliveira, Janaína Damasceno. *Cadernos de Campo*, (18): 201-215, 2009.

CORRÊA, Marisa. A Revolução dos Normalistas. *Cadernos de Pesquisa*, (66): 13-24, ago. 1988.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *500 anos de educação no Brasil*. 3.^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OS ESTUDOS e as pesquisas educacionais no Ministério da Educação e Cultura. *Educação e Ciências Sociais*, 1(1): 5-60, mar. 1956.

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. In: *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3.^a Ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERREIRA, Márcia Santos. *Centros de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-150919/pt-br.php>. Acesso em 04/02/2013.

———. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (13): 279-292, 2008.

JACKSON, Luiz Carlos. Divergências teóricas, divergências políticas: as críticas da USP aos “estudos de comunidades”. *Cadernos de Campo*, (18): 273-180, 2009.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, (46): 115-128, jun./ago. 2000.

MENDONÇA, Ana Waleska. “Reconstrução” da escola e formação do “magistério nacional”: as políticas do INEP/CBPE durante a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964). In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC*. Brasília: INEP, 2008. p. 75-125.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/1960). In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC*. Brasília: INEP, 2008. p. 19-38.

PAOLI, Niuvenius Junqueira. *As relações entre Ciências Sociais e Educação nos anos 50/60 a partir das histórias e produções intelectuais de quatro personagens: Josildeth Gomes Consorte, Aparecida Joly Gouveia, Juarez Brandão Lopes e Oracy Nogueira*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo (2 vol.). São Paulo, 1995.

———. Sobre as relações entre política educacional e pesquisa científica no Brasil: a proposta dos Centros de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos anos 50. *Cadernos CEDES*, (34): 69-77, 1994.

PEARSE, Andrew. A escola e o seu bairro no Rio (um projeto de estudo em desenvolvimento). *Educação e Ciências Sociais*, 1 (3): 77-89, dez./1956.

———. Integração social das famílias de favelados. *Educação e Ciências Sociais*, 2 (6): 245-77, nov./1957.

———. Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro. *Educação e Ciências Sociais*, 3 (7): 9-32, abr./1958.

———. A formação de atitudes para com a escola em migrantes do interior. *Educação e Ciências Sociais*, 3 (8): 09-54, ago./1958.

VILLAS BÔAS, Glaucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

Notas

¹ Doutora em educação pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: msf@ufmt.br

² Ver: PAOLI, Niuvenius Junqueira. *As relações entre Ciências Sociais e Educação nos anos 50/60 a partir das histórias e produções intelectuais de quatro personagens: Josildeth Gomes Consorte, Aparecida Joly Gouveia, Juarez Brandão Lopes e Oracy Nogueira*. 1995 (2 vol.). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Ver também: PAOLI, Niuvenius Junqueira. Sobre as relações entre política educacional e pesquisa científica no Brasil: a proposta dos

Centros de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos anos 50. *Cadernos CEDES*, n. 34, p. 69-77, 1994.

³ Sobre o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, ver: 1) FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, p. 279-292, 2008; 2) FERREIRA, Márcia Santos. *Centros de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-150919/pt-br.php>. Acesso em 04/02/2013; 3) MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC*. Brasília: INEP, 2008.

⁴ Thales de Azevedo foi professor de antropologia na Faculdade de Filosofia da Bahia e chefe da seção de Higiene da Alimentação do Departamento de Saúde da Secretaria de Educação e Saúde daquele estado. Sobre sua inserção na pesquisa antropológica no Brasil, ver: CORRÊA, Marisa. A Revolução dos Normalistas. *Cadernos de Pesquisa*, (66): 13-24, ago. 1988.

⁵ Sobre as relações entre este projeto e o contexto internacional de pesquisas sociais ver: MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, (46): 115-128, jun./ago. 2000.

⁶ O Decreto n. 38.460, de 28 de dezembro de 1955, instituiu oficialmente o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e seus cinco Centros Regionais.

⁷ Outra publicação da autora no periódico do CBPE foi: [CONSORTE], Josildeth da Silva Gomes. A educação nos estudos de comunidades no Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, ago./1956, p. 63-105.

⁸ O cientista social britânico Andrew Pearse foi enviado pela UNESCO ao Brasil para colaborar nas atividades de pesquisa do CBPE.

⁹ Outros artigos publicados na revista *Educação e Ciências Sociais* decorrentes deste projeto foram: 1) PEARSE, Andrew. A escola e o seu bairro no Rio (um projeto de estudo em desenvolvimento). *Educação e Ciências Sociais*, 1 (3): 77-89, dez./1956; 2) PEARSE, Andrew. Integração social das famílias de favelados. *Educação e Ciências Sociais*, 2 (6): 245-77, nov./1957; 3) PEARSE, Andrew. Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro. *Educação e Ciências Sociais*, 3 (7): 9-32, abr./1958; 4) PEARSE, Andrew. A formação de atitudes para com a escola em migrantes do interior. *Educação e Ciências Sociais*, 3 (8): 09-54, ago./1958.

¹⁰ Sobre as discussões teórico-metodológicas e políticas envolvidas nos estudos de comunidades ver: JACKSON, Luiz Carlos. Divergências teóricas, divergências políticas: as críticas da USP aos “estudos de comunidades”. *Cadernos de Campo*, (18): 273-280, 2009.

Recebido em setembro-13

Aprovado em outubro-13